

Referência:

VARGAS, Mariana Daré; ZORZO-VELOSO, Valdirene F. O Programa Nacional do Livro Didático e as Línguas Estrangeiras Modernas: um olhar sobre o Espanhol. **Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos**, n. 14, p. 209-216, 2014.

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS: UM OLHAR SOBRE O ESPANHOL

Mariana Daré Vargas (Doutoranda/UNESP/FAPESP)
(marianadarevargas@yahoo.com.br)

Valdirene F. Zorzo-Veloso (UEL)
(zorzoveloso_val@yahoo.com.br)

RESUMO

O programa do Governo brasileiro de avaliação e distribuição de livros didáticos a alunos da Educação Básica pública, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), avalia e distribui livros didáticos de espanhol desde 2011. O objetivo deste trabalho é analisar os fatores que culminaram na inclusão deste idioma no PNLD e o impacto deste fato para o ensino de espanhol no Brasil.

Palavras-chave: Espanhol Língua Estrangeira. Programa Nacional do Livro Didático. Livro didático. Mercado editorial. Educação Básica.

THE NATIONAL PROGRAM OF TEXTBOOK AND THE MODERN FOREIGN LANGUAGES: A LOOK AT THE SPANISH

ABSTRACT

The Brazilian Government's program of evaluation and distribution of textbooks to students of public Basic Education, National Program of Textbook (PNLD), evaluates and distributes Spanish language textbooks since 2011. The objective of this work is to analyse the factors that culminated in the inclusion of this idiom in PNLD and the impact of this fact to Spanish teaching in Brazil.

Keywords: Spanish as a Foreign Language. The National Program of Textbook. Textbook. Editorial market. Basic Education.

A produção editorial do Espanhol no Brasil

Desde 1942, ano em que o ensino do idioma espanhol foi incluído no ensino fundamental brasileiro, até a década de 1980, houve pouco interesse pelo estudo dessa língua, em razão da reforma educativa e das leis que existiram no Brasil. Segundo Eres Fernández (2001: 60), as consequências dessa falta de interesse pelo conhecimento e aprendizado do espanhol foram: a) o reduzido número de professores de espanhol que se formou ao longo desses anos e b) a escassez de materiais didáticos para o ensino de espanhol disponíveis no mercado brasileiro. Entendemos por materiais didáticos todos os materiais usados no contexto escolar/universitário para auxiliar no processo de ensino e a aprendizagem, tais como livros didáticos, dicionários, *CDs* de áudio, *DVDs*, livros paradidáticos, etc.

Se não havia aprendizes brasileiros interessados em aprender a língua espanhola, não havia necessidade de cursos de licenciatura para formar professores dessa língua e, por conseguinte, não eram produzidos materiais didáticos para dar suporte ao trabalho do professor de espanhol em sala de aula.

Entretanto, aponta Eres Fernández, a partir de meados da década de 1990 e início dos anos 2000, o cenário do espanhol no Brasil apresentado anteriormente sofre uma grande mudança:

Se houve um tempo em que não tínhamos onde escolher, hoje não sabemos como e o que escolher, devido à grande variedade existente. Encontramos no mercado todo tipo de publicações impressas, vídeos, materiais em áudio, livros-texto, materiais de apoio, materiais complementares, dicionários e infinitas possibilidades (Eres Fernández, 2001: 61, tradução livre nossa).¹

¹ *Si hubo un tiempo en que no teníamos dónde elegir, hoy no sabemos cómo y qué elegir, dada la gran variedad existente. Encontramos en el mercado todo tipo de publicaciones impresas, vídeos,*

O que Eres Fernández afirma é consequência, principalmente, de dois fatores. O primeiro refere-se às relações econômicas com os países hispanoamericanos: com a criação do MERCOSUL, voltou-se a atenção para o espanhol e o português, e para a necessidade da aprendizagem mútua de ambas as línguas. O MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) é a União Aduaneira entre os países Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Foi instituído em 1991 por meio da assinatura do Tratado de Assunção. Atualmente, conta com os seguintes países associados: Chile, Peru, Equador, Colômbia, Suriname e Guiana. A Bolívia está em processo de adesão².

É o primeiro passo, então, para a ascensão da língua espanhola no contexto brasileiro de educação. Até então, os materiais didáticos de espanhol presentes no país eram produzidos na Espanha, o que os tornavam caros e distantes da realidade do aprendiz brasileiro de espanhol.

O segundo fator, conforme Cassiano (2007: 133), relaciona-se às medidas liberalizadoras, privatizadoras e aberturistas, aliadas ao Plano Real, adotadas no governo federal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que favoreceram a entrada do capital espanhol no Brasil em vários segmentos – telefonia, energia, financeiro e mercado editorial.

No segmento da telefonia, em 1999, a empresa espanhola de telecomunicações, Telefônica, passou a atuar no Brasil; no segmento de energia, em 1996 e 1997, as empresas elétricas espanholas Endesa S.A. e IBERDROLA iniciaram suas operações no contexto brasileiro; no segmento financeiro, em 2000, o banco espanhol Santander comprou o banco brasileiro Banespa³. É importante ressaltar

materiales en audio, libros de texto, materiales de apoyo, materiales complementarios, diccionarios, un sinfín de posibilidades.

² Informações obtidas no site: <www.mercosur.int>, em 24/06/2014.

³ Informações obtidas nos sites: <www.telefonica.com.br>, <www.endesabrasil.com.br>, <www.iberdrola.es>, <www.santander.com.br>, em 24/06/2014.

que o interesse dos espanhóis no mercado editorial deve-se, principalmente, à política de compra governamental de livros didáticos centralizada por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O mercado editorial brasileiro é visto como altamente atrativo pelo empresariado espanhol. Aliado a isso, somava-se a expectativa dos empresários espanhóis de que a língua espanhola fosse incluída oficialmente no currículo nacional da Educação Básica, como resultado da expansão desse idioma no Brasil, abrindo, por conseguinte, um novo nicho de mercado. Para Cassiano (2007: 131), o marco da entrada do empresariado espanhol no mercado editorial nacional, articulado com diversos Ministérios Governamentais da Espanha, aconteceu na X Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, em 2001, na qual a Espanha foi o país homenageado. Depois disso, três grandes grupos editoriais espanhóis adentraram no mercado brasileiro: a editora Santillana, do grupo Prisa, que adquiriu a Moderna, editora brasileira do segmento de didáticos; a editora Planeta, especializada em livros de ficção adulta e de não ficção juvenis, e a editora SM, do segmento didático. Com isso, grandes e importantes grupos editoriais espanhóis começam a produzir e a comercializar LDs, com custos menores e mais adequados à realidade do aprendiz brasileiro, e que entram efetivamente nas escolas brasileiras. Não podemos nos esquecer de que, paralelamente à entrada do capital espanhol no mercado de LDs brasileiro, editoras brasileiras, tais como, Atual e Saraiva, do grupo Saraiva, e Ática, do grupo Abril, começaram a produzir materiais didáticos para o ensino e a aprendizagem de língua espanhola.

Além disso, em 05 de agosto de 2005, foi sancionada a Lei 11.161/2005 (Lei Federal Ordinária), que prevê que, a partir do segundo semestre de 2010, é obrigatória a oferta de língua espanhola como disciplina curricular do Ensino Médio

tanto nas escolas públicas quanto nas privadas e é facultativa a matrícula por parte do alunado.

Lei ordinária 11.161 de 5/08/2005

(publicada no DOU de 8/08/2005)

Dispõe sobre o ensino da língua espanhola

Art. 1º - O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado gradativamente, nos currículos plenos do Ensino Médio.

§ 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta lei.

§ É facultada a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries. [...]

Zorzo-Veloso (2013) discute os desafios e perspectivas de se ensinar espanhol no Brasil depois da promulgação da referida lei em 2005, a também chamada *Lei do Espanhol*, e destaca que muitos seriam os benefícios que esta traria. Entretanto não é o que vemos na maior parte do país, especialmente na Educação Básica. O cumprimento da 11.161/2005 passa por várias questões políticas que transcendem o âmbito educacional, e temos que lutar para que esta lei não se reduza a uma expansão no mercado editorial, mas sim à abertura de oportunidade de aprendizagem de outras línguas e respectivas culturas aos estudantes brasileiros.

Compreender o porquê da oficialização da obrigatoriedade do ensino de espanhol no Ensino Médio, de acordo com Cassiano (2007: 125), é considerar outros fatores políticos e socioeconômicos que vão além do MERCOSUL, tais como: a expansão do espanhol no mundo, devido às imigrações, sobretudo para os Estados Unidos da América; a entrada das multinacionais espanholas no Brasil, e os esforços do empresariado e do governo espanhol para o fomento do idioma no país. Dado

isso, constatamos que, a partir desse momento, então, é um direito estudar a língua espanhola e faz-se necessária a elaboração de LDs dessa língua que atendam a demanda dos estudantes brasileiros do Ensino Médio.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Desde 1938, o Ministério da Educação (MEC) vem realizando ações em relação à política do LD no sistema educacional brasileiro. Em 1985, por iniciativa do Ministério, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com a finalidade de “subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica” (Brasil, 2011). Dessa forma, por meio do Programa, o Governo Federal adquire e distribui, universal e gratuitamente, LDs, paradidáticos, dicionários e periódicos para os três níveis da Educação Básica (nível I: 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I; nível II: 6º ao 9º do Ensino Fundamental II; nível III: Ensino Médio) das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

Os números do PNLD são altíssimos, tanto em relação ao número de obras adquiridas, alunos e escolas beneficiados, quanto no que diz respeito ao dinheiro investido pelo Governo Federal no Programa⁴. E é justamente por isso que, atualmente, o PNLD é o segundo maior programa de distribuição de LDs do mundo, perdendo apenas para o programa chinês, conforme apontam Sampaio e Carvalho (2010).

No início da implantação do PNLD, o MEC responsabilizava-se apenas pela aquisição e distribuição dos LDs e não discutia a qualidade das obras que distribuía, funcionando apenas como intermediário entre a demanda dos professores e a oferta de materiais didáticos por parte do mercado editorial (Batista, 2003). O que ocorria,

⁴ Para aprofundamento no assunto, ver Sampaio e Carvalho (2010) e o *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) <www.fnde.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>.

segundo o autor, é que as obras usadas nas escolas públicas brasileiras eram desatualizadas, pautadas por caráter ideológico e discriminatório, e apresentavam erros conceituais e insuficiências metodológicas. Se pensarmos que o LD apresenta grande influência na prática pedagógica do professor e constitui-se, em alguns contextos, ainda e infelizmente, no único livro a que os alunos têm acesso, a situação mencionada anteriormente era muito séria.

No intento de promover a produção de livros escolares de melhor qualidade para o ensino e da posterior aquisição e distribuição destes, foi publicado, pela primeira vez, em 1996, o Guia de Livros Didáticos, por meio do qual é feita a avaliação pedagógica dos LDs. Nesse documento, há informações sobre o PNLD, instruções para os professores, as escolas e as secretarias de ensino sobre os procedimentos do Programa, sugestões e orientações para a escolha dos LDs (por parte dos professores), e as resenhas das obras aprovadas. Além disso, é o documento oficial, para os autores e editores, da aprovação ou reprovação dos LDs inscritos (Sampaio; Carvalho, 2010).

Com a criação desse processo de avaliação dos materiais didáticos, a preocupação das editoras com a adequação dos LDs aumentou. Assim, estes foram aprimorados, o professor pôde ter mais condições para eleger o material que julgasse coerente com seus pressupostos teóricos e mais apropriado ao seu contexto de trabalho, e o MEC assumiu um papel mais ativo na discussão da qualidade dos livros escolares, como bem elucida Batista:

[...] com livros de melhor qualidade nas escolas, o PNLD vem contribuindo para um ensino de melhor qualidade: é uma referência consensual de qualidade para a produção de livros didáticos e para sua escolha, por professores; vem possibilitando uma reformulação dos padrões do manual escolar brasileiro e criando condições adequadas para a renovação das práticas de ensino nas escolas (2003: 41).

Igualmente, é importante ressaltar o valor atribuído pelo Governo Brasileiro à universidade no PNLD e importante papel que ela exerce, pois são seus professores e pesquisadores os quais selecionam os materiais didáticos que acreditam serem os melhores para o contexto escolar público de ensino brasileiro. Em cada PNLD, uma universidade federal brasileira é responsável pela avaliação das coleções inscritas. A avaliação dos LDs por parte de professores e pesquisadores de universidades parece-nos bastante coerente, posto que estas são responsáveis pelas formações inicial e continuada dos professores. Entretanto, não podemos esquecer o professor que atua na sala de aula da Educação Básica e, em muitos casos no espanhol, nos centros de línguas das escolas. De alguma maneira, esses devem ser incluídos nessa avaliação.

Vemos, portanto, que o PNLD tem papel relevante e decisivo na elaboração e configuração de grande parte dos LDs produzidos em contexto brasileiro no decorrer dos últimos quinze anos. Pensamos que analisar uma obra que passou pelo crivo do Programa pode nos ajudar a compreender a concepção do Governo Brasileiro no que diz respeito a aspectos relacionados à educação.

O PNLD 2011: marco histórico

O PNLD 2011 marca um momento importante na história do ensino de línguas estrangeiras modernas (doravante LEM) no Brasil: trata-se da primeira vez que o Programa inclui, após 11 anos de existência, o componente curricular LEM (Espanhol e Inglês) em sua avaliação. No *Guia de livro didáticos: PNLD 2011: Língua Estrangeira Moderna*, há menção a esse momento e ao que ele pode significar, especialmente, ao espanhol:

Apesar de o PNLD já existir há mais de dez anos, esta é a primeira vez que ele inclui o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (LEM): Espanhol e Inglês. Trata-se, portanto, de um momento importante na história do ensino de LEM nas escolas públicas brasileiras, que reflete um reconhecimento do papel que esse componente curricular tem na formação dos estudantes. No caso específico de Espanhol, esse momento pode significar, também, uma ampliação do número de escolas que oferecem essa língua, considerando que sua inclusão no ensino público é um fato recente. Em suma, a universalização da distribuição dos livros de Espanhol e Inglês significa um avanço na qualidade do ensino público brasileiro (Brasil, 2010: 9).

A inclusão do espanhol e do inglês no PNLD demonstra a valorização desses idiomas pelo Governo Brasileiro, a importância de que todos os estudantes, tanto da rede particular de ensino quanto, e principalmente, da rede pública, tenham a oportunidade de aprender esses idiomas, e a necessidade de que as línguas espanhola e inglesa sejam integradas nos projetos político-pedagógicos das escolas, como pode ser conferido no tópico *Lugar de língua estrangeira é na escola* do *Guia*:

É sempre importante lembrar que lugar de aprender línguas estrangeiras é na escola de educação básica. Tão importante para a formação e a inclusão social do indivíduo, a aprendizagem das habilidades de ler, falar, ouvir e escrever em outras línguas não deve ou não precisa ser um privilégio exclusivo das camadas favorecidas. [...] Espera-se que a universalização da distribuição de livros didáticos de espanhol e de inglês para escolas públicas contribua também para que seja possível a essas escolas elaborar projetos político-pedagógicos que integrem ao máximo o ensino dessas línguas em suas grades, com propostas de trabalho de qualidade, garantindo, para as línguas estrangeiras, distribuição de carga horária justa e adequada (Brasil, 2010: 11).

Voltando o nosso olhar para a língua espanhola, a inclusão dela no Programa se deu em razão das relações econômicas e diplomáticas que vêm sendo travadas ao longo das duas últimas décadas entre o Brasil e os países latino-americanos, da inserção do capital espanhol no Brasil, do interesse do empresariado espanhol de introduzir-se no segundo maior programa de distribuição de LDs em nível mundial, e da política de expansão do idioma espanhol no mundo, capitaneada pelo Governo espanhol. Além dos motivos políticos e econômicos mencionados, não se pode deixar de lado a questão educacional, no sentido de que, a partir desse momento, o governo brasileiro reconhece a necessidade do ensino dessa língua e de materiais didáticos de qualidade para atingir esse objetivo.

Nesse sentido, Zorzo-Veloso (2013: 30) retoma que a Lei 11.161/2005 corrobora para um novo olhar para o espanhol e que reforça a proposição da LDB/96 (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional nº 9.394/96) em seu art. 36, III: “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo dentro das disponibilidades da instituição”.

No PNLD 2011, trinta e sete coleções de LEM foram avaliadas, sendo onze de espanhol e vinte e seis de inglês. Das coleções avaliadas, duas de cada língua foram aprovadas. A instituição responsável pela coordenação da avaliação pedagógica foi a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de modo que alguns avaliadores estão/foram ligados a essa instituição, atuando como professores e pesquisadores nela, e outros estão ligados a outras instituições.

As coleções de língua espanhola aprovadas foram: *Español – ¡Éntérate!*, de autoria de Fátima Aparecida Cabral Bruno, Margareth Aparecida Martinez Benassi Toni e Sílvia Aparecida Ferrari de Arruda, publicada pela editora Saraiva, e *Saludos – Curso de Lengua Española*, de autoria de Ivan Rodríguez Martín, publicada pela editora

Ática. Estas coleções foram distribuídas a 129.763 escolas e 29.445.304 alunos estudaram com elas⁵.

PNLD 2012 - Ensino Médio: outro marco histórico

O PNLD 2012, assim como o PNLD 2011, também representa um marco histórico para as línguas estrangeiras modernas, pois é a primeira vez que as inclui no segmento do Ensino Médio. Menção a este momento importante é feita no *Guia de livros didáticos: PNLD 2012 : Língua Estrangeira Moderna*:

É a primeira vez que o Programa Nacional do Livro Didático inclui na área de Linguagem, Códigos e suas tecnologias, o componente curricular Língua Estrangeira Moderna para o segmento do ensino médio. [...] O reconhecimento do papel da língua estrangeira na formação do aluno direcionou os critérios de avaliação, definidos como relevantes para a seleção das coleções incluídas neste Guia de Livros Didáticos PNLD 2012 - Língua Estrangeira Moderna (Brasil, 2011: 7).

Nesta edição do Programa, trinta e seis coleções de LEM foram inscritas, doze de espanhol e vinte de inglês. Cinco foram aprovadas: duas de espanhol e três de inglês. A instituição responsável pela avaliação dos LDs foi a Universidade Federal Fluminense (UFF).

As coleções de língua espanhola aprovadas foram: *El arte de leer Español*, de Terumi Koto Bonnet Villalba e Deise Cristina de Lima Picanço, da editora Base Editorial; *Enlaces – Español para jóvenes brasileños*, de Soraia Adel Osman, Neide Elias, Sonia Izquierdo Merinero, Priscila Maria Reis e Jenny Valverde, da editora Macmillan

⁵ Informações obtidas no site: <www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>, em 25/06/2014.

do Brasil Editora; *Síntesis – Curso de Lengua Española*, de Ivan Rodrigues Martin, da editora Ática. Estas coleções foram distribuídas a 18.862 escolas e estiveram presentes na sala de aula de 7.981.590 alunos⁶.

PNLD 2014: anos finais do Ensino Fundamental

Se o PNLD 2011 e o PNLD 2012 são um marco histórico para as línguas estrangeiras modernas, O PNLD 2014, voltado para os anos finais do Ensino Fundamental, representa a continuidade da inclusão do componente LEM na Educação Básica pública brasileira, destacada logo nas primeiras linhas *do Guia de livros didáticos: PNLD 2014: língua estrangeira moderna: ensino fundamental: anos finais*: “Assim, o PNLD, ainda que recentemente, vem somar-se aos esforços de que a língua estrangeira ocupe o seu lugar na atuação transformadora que cabe à escola” (Brasil, 2013: 7).

Neste PNLD, trinta e seis coleções de LEM foram inscritas, quinze de espanhol e vinte e uma de inglês. Cinco foram aprovadas: duas de espanhol e três de inglês. A instituição responsável pela avaliação novamente foi a Universidade Federal Fluminense (UFF).

As coleções de espanhol aprovadas foram: *Cercanía*, de Ludmila Coimbra, Luiza Santana Chaves e José Moreno Alba, editora Edições SM; e *Formación en español: lengua y cultura*, de Terumi Koto Bonnet Villalba, Maristella Gabardo e Rodrigo Rodolfo R. Mata, editora Base Editorial. Estas coleções beneficiaram 50.610 escolas e chegaram às mãos de 103.229.007 alunos⁷.

⁶ Informações obtidas no site: <www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>, em 25/06/2014.

⁷ Informações obtidas no site: <www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>, em 25/06/2014.

Considerações finais

No Brasil, até a década de 1980, houve pouco interesse pelo estudo de espanhol, o que gerou graves consequências, como, poucos professores do idioma e escassez de materiais didáticos. A partir de meados da década de 1990 e início dos anos 2000, a escassez de materiais didáticos é substituída por uma abundância deles. Se antes o professor e o aluno não podiam escolher livros didáticos, dicionários, entre outros, por não havê-los, agora têm dificuldades na seleção, em razão da grande quantidade deles.

Dois fatos motivaram essa transformação: a criação do MERCOSUL, em 1991, e a entrada do capital espanhol, em 1995, durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em razão das medidas liberalizadoras, privatizadoras e aberturistas adotadas em sua gestão.

Em 2005, outro fator importante para a língua espanhola no contexto brasileiro: a sanção da lei 11.161/2005, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prevê, a partir de 2010, a obrigatoriedade da oferta da língua espanhola no segmento do Ensino Médio em escolas públicas e privadas. É importante ressaltar, entretanto, que os Estados ainda não aplicam/cumprem esta lei, o que inviabiliza a efetiva expansão do espanhol no Brasil.

A expansão do espanhol no mercado editorial brasileiro e o direito de alunos do ensino público e privado de estudarem essa língua culminaram na inclusão do idioma no PNLD, em 2011. Desde então, LDs de espanhol constaram em três edições do Programa: 2011 (anos finais do Ensino Fundamental), 2012 (Ensino Médio) e 2014 (anos finais do Ensino Fundamental).

A inclusão da língua espanhola no PNLD representa a valorização do idioma pelo Governo Brasileiro, o reconhecimento da necessidade de ensiná-lo e a

democratização de seu ensino, posto que todos, alunos de classes sociais mais e menos abastadas economicamente, têm o direito de aprender a língua espanhola. Ressaltamos também o grande impacto para a consagração do ensino de espanhol no Brasil, porque, a partir do PNLD 2011, milhões de alunos tiveram, e continuam tendo, acesso à cultura hispânica.

Bibliografia

BATISTA, Antônio Augusto Gomes, 2003, “A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)”, em Antônio Augusto Gomes Batista; Roxane Rojo. (dir.), *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas-SP, Mercado de Letras, pp. 25-67.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, “Guia de Livros Didáticos: PNLD 2011: Língua Estrangeira Moderna”, 2010, disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12389&Itemid=1129> [30/05/2014].

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, “Guia de Livros Didáticos: PNLD 2012: Língua Estrangeira Moderna”, 2011, disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12389&Itemid=1129> [30/05/2014]

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, “Guia de Livros Didáticos: PNLD 2014: Língua Estrangeira Moderna: ensino fundamental: anos finais”, 2013, disponível em

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12389&Itemid=1129> [30/05/2014].

_____. “Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, 1996, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> [24/06/2014]

_____. “Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola”, 2005, disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm> [24 jun. 2014].

_____. “Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático”, disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>, [24/06/2014].

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo, 2007, *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*, Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ERES FERNÁNDEZ, I. Gretel M, 2001, “La producción de materiales didácticos de español lengua extranjera en Brasil”, *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, v. 1, pp. 59-80.

SAMPAIO, Francisco Azevedo de Arruda; CARVALHO, Aloma Fernandes de, 2010, *Com a palavra, o autor: em nossa defesa: um elogio à importância e uma crítica às limitações do Programa Nacional do Livro Didático*, São Paulo, Sarandi.

ZORZO-VELOSO, Valdirene F., 2013, “Enseñar español después de agosto de 2005: desafíos y perspectivas”, en Valdirene F. Zorzo-Veloso et al. (dir.), *El español en línea de mira: enlaces lingüísticos, literarios y metodológicos*, Londrina: UEL, pp. 27-39.